

Comissão Central de Pós-
Graduação
CCPG



Ata
417^a Reunião
Ordinária

03/07/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA (417ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE
2 PÓS-GRADUAÇÃO. Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na
3 Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”,
4 Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG),
5 sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos
6 seguintes Membros: Ângelo José Fernandes (IA), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio
7 Chrysostomo Werneck (IB), Daniel Albiero (FEAGRI), Enelton Fagnani (FT), José Guilherme Cecatti
8 (FCM), Liliana de Oliveira Rocha (FEA), Marcelo Felipe Silva Estácio de Santana (Representante
9 Discente Titular FEA), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Mauro
10 Cardoso Simões (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW),
11 Plamen Emilov Kochloukov (IMECC), Renata Cristina Gasparino (FENF), Tiago Zenker Gireli
12 (FECFAU). Estiveram presentes a Profa. Mariana Agostini de Moraes substituindo Profa. Melissa
13 Gurgel Adeodato Vieira (Coordenadora CPG/FEQ), a Profa. Débora Alves Nunes Leite Lima
14 substituindo o Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (Coordenador CPG/FOP), o Prof. Milton Shoiti
15 Misuta substituindo a Profa. Lígia de Moraes Antunes Correa (Coordenadora CPG/FEF) e a Profa.
16 Alexandra Christine Helena Frankland Sawaya substituindo o Prof. Marcelo Lancellotti
17 (Coordenador CPG/FCF). Justificaram a ausência o Prof. Luiz Fernando Bittencourt (Coordenador
18 CPG/IC), a Profa. Márcia Azevedo de Abreu (Coordenadora CPF/IEL), a Sra. Maiane Junqueira
19 Teixeira Neto (Representante Discente FEEC) e a Profa. Cristiane Machado (Coordenadora
20 CPG/FE). Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Coordenador DAC), Profa. Dra.
21 Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), Sr. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG),
22 Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria
23 Acadêmica PRPG), a Sra. Marcela de Souza Pellegrin (CCPG) e a Sra. Adriane Martins Soares
24 Pelissoni (DEAPE, Antigo SAE). A Sra. Presidente cumprimentou os presentes. Dando início à
25 reunião informou as demais justificativas de ausência, substituições e deu boas-vindas ao novo
26 membro, o Prof. Ângelo, Coordenador da CPG/IA. Colocou em discussão à Ordem do Dia, informou
27 que a mesa destacava o Item 1. Perguntou se havia mais algum destaque a ser feito, não havendo,
28 colocou em votação os itens não destacados da pauta, que foram aprovados por unanimidade.

29 **ORDEM DO DIA: ITEM 2. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-**
30 **GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MÉDICAS.** PROC. Nº 02-P-15429/2003. FCM - Parecer favorável
31 exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 08 a 21 **ITEM 3.**
32 **ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA PPG CIÊNCIAS MÉDICAS Nº 01/2024 QUE**
33 **DEFINE NORMAS E PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO, RECDENCIAMENTO E**
34 **CADASTRAMENTO DE PROFESSORES NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**

1 **CIÊNCIAS MÉDICAS (FCM).** PROC. Nº 02-P-15429/2003. Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr.
2 Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 22 a 24. **ITEM 4. ALTERAÇÃO NO**
3 **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FARMACOLOGIA.** PROC. Nº 02-
4 P-15420/2003. FCM - Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor
5 da PRPG). Fls. 25 a 37. **ITEM 5. ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA PPG-**
6 **FARMACOLOGIA/FCM Nº 02/2023 QUE DEFINE NORMAS E PROCEDIMENTO DE**
7 **CREDENCIAMENTO, RECRENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE**
8 **PROFESSORES/PESQUISADORES NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**
9 **FARMACOLOGIA (FCM).** PROC. Nº 02-P-15420/2003. Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr.
10 Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 38 e 39. **ITEM 6. PROGRAMA DAS ATIVIDADES**
11 **E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.** a) PROC. Nº 11-P-21069/2024 (d). IQ -
12 Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de
13 2024: QP894 – Tópicos Especiais em Química Inorgânica VII. Turma A. Carga Horária Total: 15
14 horas (1 crédito). Período: 2º semestre de 2024. Oferecimento: Profa. Eva Hemmer (Universidade
15 de Ottawa, Canadá) - Fls. 40 a 48. b) PROC. Nº 19-P-5701/2024 (d). FE – Oferecimento da seguinte
16 disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024: FE197 – “Seminário
17 Especial Concentrado II: Autoritarismo e Educação na Espanha do século XX”. Turma A. Carga
18 Horária Total: 30 horas (2 créditos). Período: 2º semestre de 2024. Oferecimento: Prof. Dr. Antonio
19 Francisco Canales Serrano (Universidad Complutense de Madrid – Espanha) - Fls. 49 a 57. c)
20 PROC. Nº 07-P-20924/2024 (d). IB – Criação das disciplinas BN027 - Biologia 2 (BIO 2) e BN028 -
21 Biologia em Sala de Aula (BSA) no Catálogo Vigente 2024. Fls. 58 a 78. **ITEM 6. ACORDOS.** a)
22 **ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A RUHR-**
23 **UNIVERSITÄT BOCHUM (ALEMANHA) – SR. MAHAN VAZ SILVA** - Para homologação da
24 aprovação *ad referendum* da CCPG de 20 de junho de 2024. PROC. Nº 09-P-19328/2024 (d). IFCH.
25 Fls. 79 a 105. b) **ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A**
26 **UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL) – SR. AUGUSTÍN EMILIANO CASANOVA**
27 **TORRES.** PROC. 09-P-19327/2024 (d). IFCH - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia
28 Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 106 a 142. c) **ACORDO DE COTUTELA A SER**
29 **FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IFCH) E A RICE UNIVERSITY (ESTADOS UNIDOS) – SR.**
30 **BRUNO BUCCALON CARUSO.** PROC. Nº 09-P-21641/2024 (d). IFCH - Parecer favorável
31 exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 143 a 171. d)
32 **ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEA) E A UNIVERSIDADE**
33 **NOVA DE LISBOA (PORTUGAL) – SR. LUIZ EDUARDO NOCHI DE CASTRO.** Proc. Nº 04-P-
34 7110/2024 (d). FEA - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli

1 (Assessora da PRPG). Fls. 172 a 197. **DESTAQUE DE MESA: ITEM 1. PROPOSTA DE MINUTA**
2 **DAS ALTERAÇÕES NO REGIMENTO GERAL DA PÓS-GRADUAÇÃO (DELIBERAÇÃO CONSU**
3 **A-10/2015) - DIPLOMAÇÃO PÓSTUMA E ALTERAÇÕES NOS PROCEDIMENTOS DO**
4 **PROCESSO DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA.** PROC. Nº 01-P-436/1970. PRPG. Fls. 06 e 07. A
5 **Sra. Presidente** deu início ao Item 1, destacado da pauta, a proposta de Minuta das Alterações do
6 Regimento Geral de Pós-Graduação com relação à diplomação póstuma e as alterações nos
7 procedimentos de revalidação de diploma. Disse que a PRPG colocou no documento a demanda
8 que surgiu inicialmente com o Instituto de Artes, em relação a uma aluna de pós-graduação, que
9 poucos dias antes da defesa, faleceu, e a família e o programa gostariam de fazer uma homenagem
10 ao trabalho da discente. Falou que outras universidades, principalmente a Universidade de São
11 Carlos, tinham aquela orientação regimental sobre o assunto e agora a pós-graduação havia trazido
12 para a Unicamp. Disse que seria importante que aquilo acontecesse, não apenas para a família,
13 mas para o programa e o próprio trabalho feito pela aluna e o orientador. A defesa póstuma, como
14 foi colocada no Regimento, garantiria que o trabalho fosse defendido pelo orientador, por uma banca
15 regularmente constituída, e posteriormente inserido no Portal das Teses para que fosse divulgado
16 como trabalho científico elaborado pela aluna e pelo programa. Portanto não se tratava apenas de
17 uma homenagem, mas da valorização do trabalho acadêmico desenvolvido na universidade. Outro
18 ponto seria a revalidação de diploma, a alteração nos procedimentos. Disse que como se tratava
19 de mudança regimental, foi colocado no mesmo item, para a aprovação de ambos, e abriu para
20 discussão. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** sugeriu que no parágrafo
21 terceiro que dizia “A CPG deverá convidar a família do estudante homenageado, para assistir a
22 defesa póstuma...”, no lugar da palavra “deverá” fosse substituído por “poderia”, “poderia ser feito a
23 partir do contato de emergência”. Pois a família poderia não querer. A **Sra. Presidente** respondeu
24 que não seria uma obrigação e que talvez tivesse errado o verbo, e que ficaria “poderá”. Explicou
25 que o convite à família seria do programa e que a responsabilidade por toda a cerimônia, da pós-
26 graduação, e que a palavra “deverá” seria no sentido de mostrar aquilo, mas se achassem que
27 “poderá” seria mais conveniente não via o porquê de não acatar. Sugeriu também a retirada de
28 qualquer verbo condicionado do texto e decidiu que a frase ficaria “A CPG convidará a família”.
29 Perguntou se havia mais algum ponto e não havendo colocou em votação o Item 1, que foi aprovado
30 por unanimidade. Disse que se fosse aprovada pela CEPE de agosto, estaria regulamentada e o
31 Instituto de Artes poderia dar andamento a Defesa Póstuma da aluna. Comentou que tinha
32 conversado anteriormente com o professor Pedro, para que eles comesçassem os trâmites, para que
33 não houvesse um atraso, pensando nas relações pessoais, nas relações com a família. Terminado
34 o item destacado, passou para o expediente, e o primeiro assunto era sobre o PED. Mencionou que

1 a FAPESP havia aumentado o valor das bolsas e que a Resolução do PED definia que tanto o PED
2 B como o PED C seriam proporcionais à bolsa de Mestrado I da FAPESP e pediu que o professor
3 Elias falasse sobre o assunto. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** disse que seguindo a
4 Resolução do PED, o novo valor da bolsa semestral passaria a ser de mil quinhentos e sessenta
5 reais (R\$1.560,00) para o PED B e novecentos e trinta e seis reais (R\$930,00) para o PED C,
6 mantendo os cinquenta (50%) e trinta por cento (30%) da atual Resolução. A **Sra. Presidente**
7 informou que a sugestão da representação dos alunos na mudança do tamanho daquela
8 porcentagem não foi aprovada. Disse que a PRPG conversou com a PRDU e por conta do
9 orçamento, o mais adequado naquele momento seria fazer o reajuste e avaliar posteriormente se
10 caberia a ideia de aumentar a proporção com relação à bolsa da FAPESP. O conselheiro **Prof.**
11 **Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** cumprimentou todos e comentou que a sua unidade estava com o
12 edital aberto e com os alunos se inscrevendo para participar do PED e que já tinham distribuído as
13 cotas de PED B e PED C no sistema. Falou que a FECFAU tinha recebido um recurso e não um
14 número de bolsas. A **Sra. Presidente** corrigiu a informação passada e avisou que o novo valor
15 estaria valendo a partir do próximo ano. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse
16 que aquela era a sua dúvida, pois se fosse ainda naquele ano teriam que reduzir o número de
17 bolsas, mas como o orçamento seria aprovado para o próximo ano, estaria perfeito. A **Sra.**
18 **Presidente** reforçou que somente em dois mil e vinte e cinco (2025) passariam ser aqueles valores.
19 A conselheira **Profa. Débora Alves Nunes Leite Lima (FOP)** pediu para que os valores fossem
20 repetidos e agradeceu. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** respondeu que o PED B teria o
21 valor de mil quinhentos e sessenta reais (R\$1.560,00) e o PED C o valor de novecentos e trinta e
22 seis reais (R\$930,00). Encerrado o assunto, a **Sra. Presidente** contou que finalmente estiveram na
23 CAPES, e que não foi possível falar com a professora Denise, pois ela havia sido chamada mais
24 uma vez pelo ministro, mas que foi uma excelente reunião com o diretor de bolsas e o diretor de
25 relações internacionais e que as notícias eram bastante interessantes. Disse que a CAPES estava
26 mobilizada para a internacionalização, portanto a primeira informação era que o PRINT terminaria
27 em dois mil e vinte e quatro (2024), mas haveria um novo programa de internacionalização a partir
28 do próximo ano e só faltava os recursos serem aprovados. Falou que tinha um edital pronto para
29 ser apresentado na medida em que as aprovações fossem acontecendo. Portanto teriam um novo
30 programa de internacionalização, provavelmente nos moldes do PRINT, mas com outro nome.
31 Disse que a outra questão que foi passada pelo professor Rui, o diretor de relações internacionais,
32 era que o atual governo estaria muito mobilizado em reativar os investimentos diante dos BRICS.
33 Principalmente agora com os novos membros. Contou que a comunidade acadêmica, a comunidade
34 do setor produtivo e o governo estavam fazendo comitativas em reuniões internacionais mais amplas

1 em negociações. Comentou que o professor Rui tinha acabado de retornar de uma reunião de duas
2 semanas na Rússia, que ele foi representando o governo e o MEC. Portanto já existia um
3 encaminhamento entre governos para fazer parcerias de toda a natureza, não só a acadêmica, mas
4 também produtiva, e que haveria uma reunião em outubro entre reitores, a qual o professor Tom Zé
5 confirmou sua participação, exatamente para estabelecer parcerias acadêmicas com outros países.
6 Os BRICS, e principalmente o projeto chamado BRICS Network University (BRICS NU), que foi
7 lançado em dois mil e quinze (2015) ainda no governo Dilma e teve uma mobilização importante de
8 parte da comunidade. No Brasil, a Unicamp, UFRJ, UFMG e várias universidades se envolveram
9 com o projeto em diversas áreas. Na Unicamp, o Instituto de Economia, o Instituto de Geociências
10 e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas se envolveram com diversos projetos e fizeram uma
11 agenda de cinco ou seis anos, o tempo de desenvolvimento de projetos acadêmicos em todas
12 aquelas áreas. Quando o governo Bolsonaro assumiu, tudo foi suspenso, inclusive uma reunião que
13 deveria ter havido no Brasil em dois mil e dezenove não ocorreu, não foi financiada. Falou que
14 apesar daquilo, os colegas da Unicamp se mobilizaram para outras fontes de recursos para que
15 tudo acontecesse e para não perder as relações já estabelecidas em projetos com outras
16 universidades. Comentou que na semana anterior, no IG, ocorreu, com recursos da Escola de
17 Ciência Avançada da FAPESP, parte da agenda do projeto dos BRICS. Portanto as pessoas
18 estavam se mobilizando e ficaram contentes que de fato teria a retomada daquele projeto, com
19 novos membros dos BRICS. Falou que a Rússia e a China foram os países que mais se moveram
20 naquela direção, mas agora teriam outros. Disse que não sabia o que significava, mas atualmente
21 o governo estava fazendo reuniões com as Embaixadas dos países como o Irã, Arábia Saudita,
22 Etiópia, para que se transformasse de fato em projetos. Outra informação, era que havia um novo
23 edital PDSE, que já estava para ser lançado. Falou que o edital de intercâmbio com a Associação
24 das Universidades do Grupo de Montevideo, que tinha sido praticamente lançado, estava
25 esperando uma assinatura da Procuradoria da CAPES. Quanto ao Move América, segundo a
26 própria diretoria disse, foi um “balão de ensaio”. Eles não sabiam o quanto a comunidade iria se
27 mobilizar para aquele projeto, portanto, lançaram somente quinhentas (500) bolsas para o país
28 inteiro, o que era um absurdo. Ela comentou com o professor Rui, que quando a CAPES pedia para
29 a PRPG mobilizar os colegas, assim fazia. Informou a ele que só a Unicamp havia encaminhado
30 mais de quinhentos (500) pedidos de bolsas, e eles responderam que haviam errado naquele
31 cálculo, mas que nos mesmos moldes, de procurar aquela relação sul-sul, era o que movia a atual
32 gestão, e poderia haver na mesma direção, um Move África, com países de língua portuguesa.
33 Comentou que teve uma reunião no Rio de Janeiro, da Associação dos Países de Língua
34 Portuguesa e que a ideia era estimular aquela relação. Disse que o Brasil tinha um papel chave na

1 formação de recursos humanos em muitas áreas para os países do sul. E a CAPES sabia daquela
2 informação pela quantidade de alunos e intercâmbios que a Unicamp recebia e que aquilo estaria
3 sendo olhado. Falou que tudo, no final das contas, dependia de aprovação de recursos adicionais
4 ao que a CAPES teria. Mas de toda maneira, havia um esforço, um objetivo real de fazer as relações
5 institucionais e intercâmbios. Contou que falaram com o diretor de bolsas e valia fazer algumas
6 observações. Primeiro que a CAPES tinha um modelo das bolsas que eles rodavam, mas como era
7 um modelo de alguns anos, deveria ter alguns ajustes, principalmente para não ter o IDHM como
8 base. Aquilo adviria um pouco de reclamações óbvias da UNESP, que teria campis espalhados em
9 lugares onde o IDHM pesava muito naquele cálculo. Portanto fariam um teste usando o IDH regional
10 ao invés do IDH municipal. Ficaram sabendo que a medida em que o recurso fosse aprovado, nos
11 próximos momentos, a Unicamp teria mais bolsas e era o modelo que dizia aquilo, mesmo na
12 rodagem do modelo anterior. Falou que a CAPES controlava tudo na ponta do lápis e que o diretor
13 tinha um bloquinho de gráficos da Unicamp, em que ele sabia, com todas as letras e detalhes, quais
14 programas teriam ou não bolsa sobrando e como que a Pró-Reitoria fazia a distribuição. Falou que
15 o diretor elogiou a melhora e perguntou como a PRPG distribuía. Ela explicou que precisou intervir
16 e que a PRPG quando concedia uma bolsa de sua cota, alertava as unidades para implantarem até
17 um dia determinado, e se aquilo não fosse feito, retiravam e repassavam a outro programa. Disse
18 que ficou claro que a CAPES acompanhava aquele manejo de bolsas, e aquilo fez com que o papel
19 da PRPG frente a eles, fosse melhor. Falou que a CAPES sabia quem era PROEX, quem tinha
20 bolsa sobrando e não usava, para quem estava faltando, quem não estava interessado e
21 reconheceram a perda no tempo, como foi o caso da Química. Informou que era absolutamente
22 proibido que aqueles programas tivessem bolsas da Pró-Reitoria, chamadas de emergenciais.
23 Falou que foi uma boa conversa, não apenas para saber das próximas possibilidades, mas para
24 legitimar a política de controle da PRPG. Contou que o diretor de bolsas tinha uma relação grande
25 com Campinas e que não era só familiar, mas de colegas de projeto. Disse que fez a ele um convite
26 para visitar a Unicamp e para uma conversa. Ficaram de entrar em contato para verificar quando
27 ele poderia vir e desenvolver mais aquele assunto. Disse que pareceu que o professor Pessan
28 tinha uma clareza boa dos equívocos dos modelos que a CAPES tinha, de como poderia ajustá-los
29 e das possibilidades que deveríamos ter, uma responsabilidade da PRPG de manejar direito as
30 bolsas. Comentou que foi uma boa conversa, mas não conseguiram ter a visão da professora
31 Denise, mas sim dos diretores, sobre o documento do Conselho Nacional de Educação que todos
32 receberam. Disse que aquele documento era polêmico, porque o Conselho, na verdade, estaria
33 definindo algumas mudanças na pós-graduação. Como por exemplo, o papel, a autonomia das
34 instituições, que seria uma demanda antiga das universidades frente a CAPES. Portanto naquele

1 aspecto o documento seria muito positivo. No caso da CAPES, desde dois mil e dez (2010) existia
2 uma Resolução do Conselho Nacional de Educação, que deixou para a CAPES uma autonomia
3 praticamente total sobre o sistema de pós-graduação. E agora tantos anos depois, o CNE, retomaria
4 um pouco o papel que ele deixou de fora daquela Resolução. Falou que a retomada, poderia ser
5 positiva porque o Conselho Nacional de Educação absorvia muito as demandas do sistema, através
6 dos Reitores, das federais principalmente, mas também das estaduais e do Fórum de Pró-Reitores,
7 que seria um misto de tudo aquilo. A autonomia interna das instituições era algo muito solicitado.
8 Deu como exemplo de autonomia a fusão de dois programas do Instituto de Biologia, que demorou
9 quase três anos para acontecer. O que não fazia sentido, uma vez que a instituição percebeu que
10 poderia juntar aqueles docentes, cujos trabalhos seguiam na mesma direção, portanto não fazia
11 sentido ter duas embocaduras. Explicou que poder fazer aquela junção era uma autonomia
12 institucional. Disse que havia mudanças importantes do próprio modelo de pós-graduação, e
13 começava com a ideia de que teria universidades consideradas consolidadas. Contou que a
14 Unicamp seria uma delas. Explicou que no gráfico, as consolidadas, segundo o Conselho Nacional
15 de Educação seriam aquelas com o número objetivo de dez (10) ou mais programas PROEX. Disse
16 que a crítica da CAPES em relação as mudanças era que, a consolidação não deveria ser somente
17 um número, mas uma proporção. E aí viria a parte que caberia a pós-graduação da Unicamp. Pois
18 proporcionalmente ao número de programas, a Unicamp seria a universidade mais consolidada do
19 país por ter quase cinquenta por cento (50%) dos programas PROEX. Falou que teria somente vinte
20 e quatro (24) universidades no país, e estaria tudo bem, pois a Unicamp seria uma delas em um
21 universo de mais de quinhentas (500). Mas aquilo seria um problema seríssimo, se a CAPES, ou o
22 próprio Plano Nacional de Pós-Graduação, que ainda não tinha saído da gaveta para ser
23 apresentado, tivesse uma preocupação grande com assimetrias regionais. Comentou que a PRPG
24 apresentou a sua preocupação existente e questionou que consolidação seria aquela, o que se
25 levaria daquilo, se ganhariam uma medalha por serem uma universidade consolidada, se quebraria
26 todo o sistema. Explicou que não fazia sentido aquilo, sem uma reflexão. Falou que o Conselho
27 Nacional aprovou a Resolução e passaria pelo MEC para a sua aprovação e implantação através
28 da CAPES. Portanto ainda seria uma conversa a acontecer. Sugeriu postergar a discussão do
29 modelo marcada para o dia quatorze (14) de agosto. Disse que poderiam ter uma conversa sobre
30 a Unicamp, mas a ideia seria fazer com vistas a mudanças um pouco mais perenes da pós-
31 graduação. Comentou que a PRPG fez e mandou a todos o documento de avaliação do que seria
32 um pouco o comparativo entre áreas com algumas observações importantes, pois não fazia sentido
33 fazer o comparativo dos oitenta (80) programas. A ideia seria fazer uma discussão sobre os dados
34 da pós-graduação a luz das possibilidades de mudança. Perguntou a todos se caberia adiar a

1 reunião de discussão, e esperar a reação que ainda não havia tido da CAPES àquele documento
2 ou se poderia mante-la. Falou que estava colocando como uma consulta para saber a opinião de
3 todos e que aquele foi o resultado da reunião com a CAPES. Informou que sobre recursos, um dos
4 pontos que talvez limitasse um pouco os horizontes, seria que a pós-graduação teria trezentos e
5 cinquenta (350) novos cursos no país, aprovados no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos. E
6 aquele APCN ainda não tinha tido uma série de avaliações. O CTC iria avaliar a área disciplinar
7 somente em setembro, e teria um número enorme de demandas de novos cursos. Portanto tudo
8 estaria envolvido na discussão do dia quatorze (14) de agosto. Finalizou dizendo que de fato, ainda
9 não tinham um norte do sistema, disse que poderiam entender como sistema a CAPES, e do que
10 deveria ser uma boa mudança para a pós-graduação. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)**
11 disse que apoiava a proposta de esperarem pois achava primordial terem um norte. Perguntou se
12 existia uma previsão do posicionamento da CAPES. A **Sra. Presidente** respondeu que havia uma
13 pressão do sistema para aquele posicionamento, pois era uma Resolução do Conselho e os
14 problemas da pós-graduação seriam grandes e importantes, reconhecidos pela CAPES. Falou que
15 precisariam tentar conversar aquilo diretamente com a professora Denise pois os diretores não
16 quiseram, certamente, responder por ela. Disse que aquela era a sensação da CAPES sobre o que
17 deveria acontecer, uma discussão interna, pois aquela Resolução iria de fato no trâmite para o MEC.
18 Falou que poderiam manter a reunião e discutir a Unicamp ou esperar e discutir a Unicamp à luz
19 daquele norte. Explicou que a reunião seria aberta aos coordenadores de programas, colegas
20 estudantes da pós-graduação e interessados e que não seria uma deliberação da CCPG. Disse que
21 a sua preocupação era que no mês de julho, mês de férias para muitos, as pessoas não
22 conseguissem se reunir para fazer uma discussão interna, com os colegas, coordenadores e
23 programas. Portanto não saberia dizer se teriam sucesso. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**
24 **Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e achava que precisariam esperar uma posição da
25 CAPES. Comentou que em agosto, o IFCH faria uma discussão interna na CPG, portanto seria
26 interessante que a CAPES não demorasse a responder para que pudessem tentar fazer uma
27 discussão, mesmo que não fosse uma jornada como tinham pensado, mas referente à avaliação
28 institucional interna. Explicou que teriam Sucupira e avaliação quadrienal no início de dois mil e
29 vinte e cinco (2025), portanto daria tempo de fazer algumas mudanças, até a quadrienal. Finalizou
30 dizendo que a sugestão talvez, fosse fazer algo menor, interno referente a avaliação institucional e
31 depois algo, como o diálogo externo com a CAPES, conforme havia pensado, uma jornada aberta.
32 A **Sra. Presidente** falou que fariam duas reuniões. Uma delas mais intimista dos dados já coletados
33 da avaliação institucional e do documento de comparação entre as áreas de programas que a PRPG
34 fez. E no meio tempo, procurariam ter alguma ideia da própria CAPES, para marcarem uma

1 segunda reunião, com uma posição mais densa. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel**
2 **Loera (IFCH)** comentou que a hora que receberam no sistema, os gráficos e os dados do setor de
3 pesquisa do IFCH, que trabalhava levantando dados dos programas para o Sucupira, perceberam
4 muitas falhas nos dados da Unicamp. Portanto tiveram que “garimpar” separadamente para
5 conseguir preencher aquele documento. A **Sra. Presidente** falou que não queria transformar a
6 reunião, em uma reunião de avaliação, da avaliação. Não era o caso. A ideia seria usar aqueles
7 dados. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** sugeriu discutirem o que havia
8 aparecido, e que talvez tivesse outros programas, de outras áreas passando por evasão, por
9 exemplo. Falou que acreditava que todos deveriam ter questões sobre aquela situação. A **Sra.**
10 **Presidente** falou que os dados de evasão pareciam geral e universal. Falou que eram dados da
11 DAC e não saberia como poderia ter equívocos com a evasão, ou do dado da relação que
12 preocupou muito, do inscrito e do ingressante. Disse que a queda ao longo do tempo era
13 preocupante, pois seria aquele o afastamento da pós-graduação e que o desejo de ser formado em
14 alguma área estava diminuindo. Explicou que não era somente uma preocupação da Unicamp, pois
15 o Plano Nacional de Pós-Graduação trazia aquela informação e estava no documento da CAPES.
16 Falou que o documento que foi passado a todos tinha algumas reflexões que se orientavam pelo
17 Plano Nacional de Pós-Graduação. Disse que a discussão geral, poderia ser feita, e poderiam
18 compartilhar sugestões de solução ou de qualquer outra coisa. A conselheira **Profa. Nashieli**
19 **Cecilia Rangel Loera (IFCH)** mencionou que gostaria de ouvir dos colegas, se teriam alguma outra
20 sugestão. A **Sra. Presidente** falou que poderiam manter o dia quatorze (14) de agosto no limite do
21 que seriam aqueles dados de avaliação, do que fizeram. A conselheira **Profa. Mariana Agostini de**
22 **Moraes (FEQ)** disse que estava representando a professor Melissa, Coordenadora da CPG da
23 FEQ, que pediu que ela tirasse uma dúvida a respeito daquele documento, pois na Engenharia
24 Química, estaria começando a discussão sobre a criação do mestrado profissional. E, como foi
25 falado, não ficou claro, por exemplo, como seria a criação de novos cursos a partir daquele
26 documento. Perguntou se teriam que prosseguir para a criação de uma PCN, ou se por serem uma
27 universidade consolidada teriam uma liberdade maior de criação daquele curso. A **Sra. Presidente**
28 disse que atualmente, tudo estava como sempre foi. Se quisesse montar o mestrado profissional
29 ele entraria no trâmite atual. O fato era que não teriam a PCN em dois mil e vinte e quatro (2024),
30 somente em dois mil e vinte e cinco (2025), por conta do enorme número de cursos novos que já
31 tinha no passado e mais a demanda do ano atual. Falou que o mestrado profissional não estava
32 eliminado do horizonte e o que estava sendo colocado seria a valorização do doutorado, que teria
33 modelos variados. Falou que alguns modelos valorizavam o doutorado não por conta do doutorado
34 direto, pois o doutorado direto era uma coisa estabelecida e sabiam de seu funcionamento. Disse

1 que talvez ele não tivesse a adoção tão ampla para vários programas, mas estava funcionando
2 havia muito tempo. Explicou que o modelo de valorização do doutorado poderia implicar uma
3 valorização em detrimento do mestrado. E aquele seria o problema. Pois estariam desvalorizando
4 o mestrado para valorizar somente o doutorado. Perguntou se era do que se tratava e que aquilo
5 seria mudar o modelo, porque o doutorado direto, o mestrado, o profissional e o doutorado regular
6 sempre estiveram na pós-graduação. Mas se fosse fazer um modelo como por exemplo, a proposta,
7 da USP, talvez da UNESP, de fazer uma entrada coletiva, uma entrada única na pós-graduação,
8 dar um ano de cursos para todos, para no final, pinçarem alunos para o doutorado direto e os outros
9 discentes serem distribuídos no mestrado, na sua opinião, aquela proposta seria escolarizar a pós-
10 graduação. Portanto não seria uma discussão fácil. Falou que na verdade, a ideia seria, a
11 profissionalização do mestrado, e que em todas as discussões que estava acompanhando sobre a
12 ideia de fazer o mestrado profissional, não foi falado em eliminar o acadêmico. Disse que a proposta
13 seria fazer um mestrado que respondesse mais objetivamente às necessidades variadas de cada
14 área, ou seja, profissionalizar. Disse que era uma discussão difícil na área de humanas e em
15 diversas outras áreas. Porque seria um pouco em como construir a formação de quem estaria
16 construindo pensamento científico sobre alguma coisa. Questionou se o certo seria passar direto.
17 Falou que teria um certo tom romântico naquilo, pois só passariam a pensar direito depois de tanto
18 tempo estudando. Mas por outro lado, tinham dissertações de mestrado que faziam sentido na
19 formação de alguém que vai para uma área que precisasse ter um amadurecimento grande de
20 apreensão da disciplina e aquilo não seria uma profissionalização, por ser mais imediato. Portanto,
21 se a Engenharia Química estivesse se movendo para um mestrado profissional, ótimo, poderia se
22 mover, mas ainda estaria no modelo anterior. E achava que ele não mudaria naquele aspecto. Falou
23 que certamente o que teria como sugestão de mudança seria a pós-acadêmica, o *stricto sensu*
24 acadêmico e não o *stricto sensu* profissional. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres**
25 **(IFGW)** falou que sobre a relação sul-sul, havia conversado com o pró-reitor de pesquisa da PUC
26 do Peru, que fez uma estatística e concluiu que teria mais doutores peruanos no estado de São
27 Paulo do que em todo o Peru. Portanto, a preocupação deles era que muitas daquelas pessoas no
28 final acabavam ficando no Brasil. Sobre a questão da distribuição das bolsas, o processo seria da
29 seguinte maneira, comparavam uma média, depois tinha um desvio padrão e a partir daquilo
30 diminuía o número de bolsas e ficava igual ou aumentava. Disse que aquilo o preocupava.
31 Explicou que tecnicamente, aquilo estaria assumindo uma distribuição Gaussiana, que seria bem
32 simétrica, mas no seu entendimento, não seria aquele modelo de distribuição porque algumas
33 médias seriam próximas de zero e não teria como ter zero número de coisas. Então, aquela seria
34 uma discussão técnica se realmente fazia sentido aquela distribuição associar aquele desvio padrão

1 naquela média. A **Sra. Presidente** disse que não saberia responder, pois não estavam discutindo
2 a equação e o modelo tão detalhadamente sobre o que fariam com o desvio padrão. O fato era que
3 tinham componentes no modelo que na hora de implantar, como o IDH, que seria o ponto principal
4 em sua opinião, impactavam demais na distribuição. Explicou que para universidades com muitos
5 campi, como era o caso da UNESP, que era um dos pontos de destaque naquela reclamação, pois
6 ela tinha 24 campi distribuídos, e não teria como comparar a Ilha Solteira com São Paulo. Sobre o
7 caso dos doutores do Peru, disse que não tinha muita solução e que seria o mesmo caso da
8 Unicamp com os alunos do nordeste que vinham para o sudeste estudar e muitos não voltavam. O
9 conselheiro Prof. **Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** cumprimentou a todos e falou que via a
10 importância de valorizar a pós-graduação no país e que não teria como negar aquela notoriedade.
11 Mas também não teria como negar que aquilo seria uma parte da vida da pessoa, uma fase, e
12 valorizar a pós-graduação e não valorizar o que teria para ser feito depois, seria uma incoerência
13 enorme. Falou que a carreira acadêmica estava meio para baixo atualmente, e ele ficava
14 imaginando que com os novos valores do aumento das bolsas da FAPESP, o jovem pesquisador
15 que passasse em um concurso da Unicamp, teria que se habituar a uma diminuição da entrada de
16 dinheiro em sua vida. Pois se tivesse uma bolsa, de treze mil (13.000), ou algo do tipo, a pessoa
17 iria pensar melhor. Portanto estariam tentando chamar atenção de um problema e valorizar uma
18 coisa no meio da carreira, sendo que o fim, não estariam lutando para valorizar como deveriam.
19 Falou que a diminuição da procura pela pós-graduação estaria se dando pela questão da
20 perspectiva. Disse que sabia que estava além das forças de todos, mas precisariam lutar de forma
21 a valorizar o local de trabalho em que estavam e que em hora nenhuma poderiam perder o foco.
22 Disse que no próprio meio encontrava pessoas satisfeitas com a atual situação, portanto seria muito
23 difícil imaginar que aumentaria ou fariam algo dentro do Plano Nacional de Pós-Graduação para
24 atrair mais pessoas e depois, não necessariamente, fariam algo para mantê-los desenvolvendo
25 pesquisa e trabalhando na área. Falou que o caso do Peru infelizmente era bem categórico, pois se
26 não dessem condições para a pessoa trabalhar, seria óbvio que ela ficaria em um local que achasse
27 melhor. Comentou que um menino do Amazonas que trabalhava no IB, não pensava em voltar para
28 o seu Estado, pois na Unicamp ele estava fazendo a pesquisa que gostava. Falou que precisavam
29 ter uma visão muito maior e que cada seguimento teria que trabalhar para melhorar o que estariam
30 fazendo atualmente. Finalizou dizendo que precisariam melhorar a perspectiva de futuro para os
31 alunos regressos da universidade e que não conseguiam melhorar a perspectiva de futuro dos
32 contratados. A **Sra. Presidente** disse que não conseguia reagir sem reclamar de algumas coisas.
33 Comentou que a FAPESP não “jogava no mesmo time”, pois com o aumento, a bolsa de pós-
34 doutorado seria praticamente igual ou maior que a do ingresso nas estaduais paulistas. Falou que

1 era desleal, mas que a vantagem do concurso era que, aquela bolsa duraria três anos, enquanto
2 ele daria estabilidade na vida do professor, se houvesse o interesse da vida acadêmica em uma
3 universidade. Mas ela supunha que a pessoa que vinha para a universidade, teria aquele interesse.
4 Falou que era uma concorrência injusta, mas que certamente estimulava a pesquisa, pois as
5 pessoas iriam querer fazer um bom projeto de pós-doutorado com a FAPESP, mas que pela
6 experiência dos editais de pós-doutorado que a PRPG fazia, em alguns meses as pessoas iam
7 embora por prestarem concurso fora. Disse que aquilo não era uma surpresa, somente uma
8 constatação e que talvez continuasse acontecendo, com menos ênfase pois o valor da bolsa não
9 era tão ruim. Disse que aquilo chamava atenção para a fala do professor Claudio sobre a
10 responsabilidade que tinham na formação e que de fato precisariam conversar mais. Falou que as
11 suas profissões teriam que conversar mais com aquilo que seria necessário e com aquilo que eles
12 vislumbravam que o aluno iria atuar, porque para ela, as pessoas se formavam para intervir. Disse
13 que ela não se formou para ficar em casa lendo, mas sim para intervir de alguma maneira no mundo
14 lá fora. Questionou qual seria aquela intervenção, qual intervenção seria a do mestre profissional
15 em Engenharia Química, do doutor em Ciência Política ou doutor em Filosofia. Disse que quando
16 falava em conversar, seria para ver qual o tipo de intervenção o aluno teria. Questionou se ele daria
17 aula na universidade, se trabalharia no sindicato, em uma indústria ou em uma empresa de altíssima
18 tecnologia. Enfim, precisariam fazer aquelas perguntas para saber o que estariam formando e para
19 saber se precisariam fazer mudanças nas disciplinas, no número de crédito, no estímulo etc. Disse
20 que ela imaginava que seria aquela discussão que eles deveriam fazer. Falou que a ideia de que
21 teriam que formar para intervir, era óbvia, mas que cada profissão teria a sua e não conseguiam ter
22 uma visão geral do que seria aquela intervenção. Deu como exemplo a área médica, que era muito
23 clara naquela intervenção, mas ela não sabia se aquela área dava conta de todas as possibilidades
24 de intervenção possível, ou se seria somente no hospital. Falou que a FCM que poderia dizer qual
25 seria a intervenção de seus alunos. Disse que em relação aos residentes, estava muito claro qual
26 era, mas questionou o que faziam com os doutorados acadêmicos naquela unidade e como eles
27 estariam intervindo. Falou que não saberia responder. Comentou que sabiam enquanto
28 profissionais, mas enquanto instituição, teriam que pensar naquilo e fazer a discussão do porquê
29 as pessoas estariam perdendo o interesse. Disse que no documento da pós-graduação o que
30 chamou a atenção foi o aumento ao longo do tempo da relação de inscitos, de ingressantes na
31 área de Línguas. Contou que na proporção passava de dois (2) para nove (9). Questionou o porquê
32 estaria tendo aquele interesse todo e qual resposta aquela área poderia dar, que falasse que a
33 intervenção naquele ponto era clara, portanto, tinham um interesse grande. Finalizou dizendo que
34 era aquela discussão que estaria propondo para a próxima reunião da CCPG. O conselheiro **Prof.**

1 **Milton Shoiti Misuta (FEF)** cumprimentou a todos e disse que concordava com a fala da sra.
2 Presidente e do professor Claudio, e que sem dúvida, tanto a Unicamp, quanto a USP e a UNESP,
3 estariam sempre buscando melhorar internamente. Falou que todos sabiam que tinham problemas
4 e claro que seria fundamental poder olhar. Por outro lado, a questão da falta de perspectiva, era
5 evidente. Contou que na FEF estavam fazendo discussões internas no sentido de verificar o que
6 poderiam fazer para que os alunos se interessassem. E aí voltaria na fala do professor Claudio
7 sobre a perspectiva. Disse que a CAPES como órgão nacional, tinha a incumbência de fazer algo
8 como norteador. E naquele sentido, os programas que tinham antes, em termos de trabalho, as
9 universidades particulares, que sempre tiveram que ter um tanto de doutores, e que hoje não
10 acontecia mais por exemplo. Falou que aquele era um campo que tinha muita atuação da Unicamp,
11 USP, UNESP etc. E que os alunos da Unicamp, atuando naqueles lugares, formavam, claro que
12 por tabela, melhores profissionais. Mencionou que atualmente viam naquelas instâncias
13 pouquíssimos bons formados, portanto, péssimos qualificados no mercado de trabalho. Deu como
14 exemplo o caso da Educação Física, que um aluno seu de doutorado estava para defender, mas já
15 tinha conseguido um emprego no Centro Paralímpico Brasileiro, no caso, da biomecânica. Mas era
16 um, dois, três alunos, portando naquele sentido a sua pergunta era que, se a Unicamp com o peso
17 que tinha, poderia levar para uma instância superior, dentro da CAPES. Falou que sabia que
18 envolvia política e seria uma coisa complicada, mas partiria de uma questão mais global, como por
19 exemplo, das faculdades particulares que tinham aqueles profissionais trabalhando, e aquilo seria
20 em todas as áreas, poder, por exemplo, voltar, dando assim uma perspectiva de emprego. Contou
21 que antigamente ele e vários colegas trabalhavam no particular e ganhavam bem, mas atualmente
22 não teriam mais condições. Mencionou que se hoje a pessoa se apresentasse como doutor,
23 simplesmente não seria contratado. Disse que sabia que cada área tinha suas particularidades, e
24 por isso deu o exemplo do caso do Centro Paralímpico Brasileiro, que tinha a incumbência de ter
25 pessoas qualificadas, no caso do esporte, para exatamente poderem conduzir aquele processo de
26 pesquisa, não acadêmico, como a Unicamp, mas em colaboração, dialogando e desenvolvendo
27 metodologias, protocolos. Só que naquele caso seria voltado, claro, para o atendimento. Questionou
28 quantos que eles sabiam que tinham ido naquela direção e respondeu que daria para contar na
29 mão quantos colegas ou alunos estavam trabalhando. E que por outro lado, os próprios colegas,
30 que não eram poucos, estavam saindo do país, indo para a Europa etc., exatamente pela falta da
31 perspectiva mencionada. Portanto teriam que internamente, não só a Unicamp, mas a USP,
32 UNESP, olhar para dentro e resolver o problema. Falou que aquilo seria fundamental. Por outro
33 lado, se ficassem rodando no mesmo lugar, acabariam não conseguindo resolver. Porque, por mais
34 que fizessem exigência de bolsa, aumento de bolsa, distribuição, melhor qualificação etc., ainda

1 assim a perspectiva, sem dúvida, era o que iria no sentido, dizendo do território nacional brasileiro.
2 E aí acabavam tendo exatamente o que o professor disse sobre os peruanos. Porque
3 provavelmente no Peru, não deveria ter algo em termos nacionais naquele sentido, e era óbvio, que
4 a pessoa seria muito bem qualificada em termos regionais, distância, quilômetro, e não fazia sentido
5 voltar para o seu país. Comentou que na época que fazia mestrado, tinha um amigo que fazia
6 doutorado pelo IC e que atualmente estava em Barão Geraldo trabalhando como doutor em uma
7 empresa, mas porque havia dado certo. Disse que não tinha tantos casos como aquele. Portanto
8 ele concordava com a questão da perspectiva e que seria o papel da Unicamp junto a USP, UNESP,
9 UEL etc. levar aquelas questões para a CAPES, uma vez que tinham o histórico de terem produzido
10 tantos profissionais qualificados. A **Sra. Presidente** respondeu que a ideia era fazer uma discussão
11 em conjunto com a USP e UNESP, para que tivessem alguma proposta de modelo. Falou que
12 aquela era a ideia, inclusive, do seminário que queriam fazer em São Paulo mais à frente, ainda
13 naquele semestre, mas que teria que ser postergado por conta da discussão que vai ter na CAPES
14 sobre o assunto. Falou que tudo veio meio atropelado pelo Conselho Nacional. Mas a discussão
15 era muito efervescente e precisavam saber como intervir. Explicou que não se tratava em pensar
16 que as pós-graduações seriam de imediato as agências de empregos das pessoas. Falou que
17 aquele seria o problema, em como fariam para empregar todos que estivessem se formando. Qual
18 seria o limite ou a potencialidade para dar conta daquilo. Disse que chamaria aquilo de poder fazer
19 uma boa intervenção quando o aluno saísse da universidade formado. E que não seria somente
20 para a pós-graduação, mas para a graduação. Falou que aquele seria o ponto, mas não seria o
21 ponto de pauta da reunião que teriam. Relatou que dava aula para o primeiro ano de pós-graduação,
22 portando recebia os alunos formados pela Unicamp e alunos formados por outros lugares. E tudo
23 estaria muito complicado e fragilizado. Imaginava que não seria somente o caso do seu programa,
24 mas de vários outros. Portanto estava bem difícil em termos de formação e precisava daquela
25 condução mais ampla nacional. Deixou claro que não fariam aquilo e nem seriam os salvadores do
26 processo, mas tentariam resolver o que fosse possível dentro da universidade. Perguntou se
27 poderiam manter a reunião interna, com base naquele documento, para irem esquentando os
28 argumentos e fazer uma “ebulição” para sair algumas ideias. Como todos concordaram, deu
29 sequência ao expediente falando sobre os alunos com deficiência. Disse que iriam encaminhar a
30 todos um documento com as orientações do que deveria constar nos editais de ingresso dos
31 programas de pós-graduação. Falou que a representante da DEAPE, Antigo SAE estava presente
32 na reunião e pediu por gentileza que ela falasse sobre o assunto. A **Sra. Adriane Martins Soares**
33 **Pelissoni (DEAPE)** cumprimentou a todos e agradeceu o convite. Se apresentou e disse que
34 atualmente atuava como Coordenadora de Carreiras e Vida Estudantil na DEAPE, o antigo SAE e

1 tinha dois informes. O primeiro era para agradecer a professora Rachel, a pós-graduação pelo
2 acolhimento, falou que não seria agradecer, mas proteger a instituição e os direitos das pessoas
3 com deficiência, e que precisavam ter um certo alinhamento, que começaria desde o ingresso, no
4 processo seletivo, diferente da graduação, que tinha processos seletivos centralizados e lei,
5 portanto não poderiam ignorar algumas normativas que a pessoa com deficiência, para fazer a
6 entrada, poderia ter adaptações. Falou que o objetivo era deixar todos protegidos e que os
7 programas fizessem as estratégias corretas. Falou que imaginava que não teria ninguém
8 especialista, enquanto unidade na pós-graduação, para entender. Portanto a sua área, que foi
9 recentemente constituída de acessibilidade pedagógica, iria fornecer aquele apontamento técnico,
10 sobre quais adaptações poderiam ser oferecidas para os processos seletivos de ingresso a partir
11 do momento que tivesse um candidato deficiente nele. Explicou que era uma questão técnica que
12 já havia sido discutida com a pós-graduação, para que aquela informação se tornasse universal.
13 Questionou qual deficiência o aluno poderia ter e qual recurso ele poderia precisar, se seria uma
14 letra maior, um leitor ou um transcribe, mas que seria em outra conversa como fariam aquilo.
15 Explicou que legalmente teriam que oferecer e deixar aquela informação mais clara nos editais. A
16 **Sra. Presidente** perguntou se aquela informação significava que o programa que tivesse um
17 candidato PCD teria que avisar o setor específico. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni**
18 **(DEAPE)** respondeu que no ingresso a DEAPE não poderia atender, pois o candidato naquele
19 momento ainda não seria um aluno da Unicamp. Portanto aquela conversa teriam que fazer
20 futuramente. Explicou que o edital teria que prever a forma de adaptação, o local para fazer a
21 solicitação, como o candidato teria que informar no ato da inscrição do processo seletivo. Disse que
22 atualmente quem fazia o da graduação era a COMVEST e que aquilo estava estabelecido pois era
23 centralizado. Falou que como seriam os próprios programas de pós-graduação que fariam os seus
24 processos seletivos, ela deixaria uma máscara, sobre o que perguntar e o que poderiam oferecer,
25 caso acontecesse. Mas como seria muito pontual, a DEAPE se colocava à disposição tecnicamente,
26 como haviam acabado de fazer com o Instituto de Artes. Contou que naquela unidade chegou um
27 estudante dentro do espectro autista e solicitou uma forma de adaptação, que não era tecnicamente,
28 a respaldada pela pessoa. Portanto, aquilo não teria que ser feito. Explicou que não teriam que
29 acolher tudo somente porque o candidato pediu e que tinham diretrizes técnicas do que poderia ser
30 oferecido. Contou que o “mantra” que ela sempre repetia era que, adaptariam a forma e não o
31 conteúdo. Deu como exemplo do que seria a forma, um aluno autista que vai fazer uma entrevista.
32 Disse que ele faria a entrevista, mas a forma poderia ser diferente. Falou que estava levando alguns
33 casos polêmicos, mas o importante era deixar claro que o ingresso, diferente da graduação, ficaria
34 capilarizado na unidade. E a preocupação era de conceder uma adaptação que, tecnicamente, não

1 era respaldada, e que o aluno caminhasse com ela ao longo do programa. Portanto, precisava
2 comentar sobre o caso do IA para ilustrar. Contou que o estudante estava solicitando uma alteração
3 de conteúdo e que na prova de ingresso para o mestrado não tivesse questões dúbias, porque a
4 pessoa com o TEA não conseguia entender duplicidade. Explicou que naquele caso, o discente
5 poderia ter mais tempo de prova, um leitor, outras formas de apoio para fazer as mesmas questões.
6 E aquela foi a preocupação quando viram o caso. Disse que a articulação foi muito importante, e
7 que o programa, mesmo no processo seletivo, acionou a DEAPE, que respondeu que a unidade
8 não precisaria aceitar aquela solicitação, mas poderiam oferecer alternativas. Falou que seriam
9 aquelas orientações que a DEAPE estenderia a todos os programas. Explicou que demoraria um
10 tempo, até que conseguissem entender, mas o recado era que, caso algum programa que já tivesse
11 um processo seletivo e recebesse a informação que iriam precisar de alguma adaptação, por ter
12 um estudante com deficiência nele, poderiam consultá-los indiretamente até que tivesse um
13 documento geral para todos os programas. A **Sra. Presidente** disse que aquela era um pouco da
14 ideia de sua pergunta, e que a sra. Adriane havia respondido muito melhor do que a pergunta feita.
15 Falou que ainda não sabia qual demanda haveria, e que poderia ser nenhuma, poderia ser pequena
16 e poderia ser grande. Perguntou o que seria feito se tivesse um candidato que precisasse de um
17 leitor, de um profissional de libras ou um candidato com uma deficiência visual grande, como o
18 programa teria que proceder. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** respondeu que
19 tinha uma rede de apoio na Unicamp, portanto teriam que analisar cada caso, até que conseguissem
20 se estruturar. Contou que a Central de Intérpretes de Libras foi incorporada à estrutura da DEAPE
21 e atualmente contava com dois intérpretes, um em contratação e o outro que eles estavam
22 esperando o pedido de demissão de outro profissional. Portanto para o segundo semestre teriam
23 talvez quatro. Falou que a exclusividade dos quatro intérpretes de Libras da Unicamp era para
24 atender alunos. Explicou que eles poderiam dar apoio em eventos se sobrasse tempo. Mas
25 comentou que nunca sobrava, pois atualmente tinham seis estudantes surdos que dependiam
26 exclusivamente da interpretação. Comentou que deficiente auditivo tinha gradação e que nem todos
27 precisavam de interpretação de Libras. Contou que os seis alunos surdos eram da pós-graduação
28 e que ficou se perguntando como eles fizeram o processo seletivo, quais adaptações eles tiveram
29 e o que tinha acontecido tecnicamente. Porque os alunos conseguiram chegar e estavam de fato
30 na pós-graduação. Explicou que precisariam tomar cuidado. Exemplificou dizendo que se tivessem
31 um estudante surdo que precisasse de libras para poder fazer a entrevista de seleção, a DEAPE
32 poderia acolher aquela solicitação caso os intérpretes não estivessem em aula e caso eles não
33 conseguissem, contratariam uma empresa. Falou que aquela seria a estratégia que ela havia
34 mencionado. Contou que a DEAPE tinha o apoio do Gabinete, e tinham com a DGA uma estrutura

1 de contratação de pregão de intérpretes de Libras. Explicou que não poderia ter intérprete de Libras
2 atendendo alunos que não fossem da Unicamp, mas para atividades pontuais, poderiam contratar
3 uma empresa. Falou que naquele momento a DEAPE se colocava a disposição para fazer aquela
4 articulação que atualmente não tinha. Deu como exemplo, um estudante cego que viesse fazer uma
5 prova de processo seletivo, a DEAPE poderia indicar junto com a Biblioteca Central e seu
6 Laboratório de Acessibilidade, qual seria o leitor ideal, qual computador suportaria etc. Mencionou
7 mais uma vez que tecnicamente dentro da Unicamp tinha várias redes de apoio como, o CEPRE, o
8 Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central, e que o papel da DEAPE seria articular para
9 que cada programa não precisasse ficar sozinho, sem saber como agir. A **Sra. Presidente**
10 agradeceu a sra. Adriane e questionou que a PRPG não erraria se encaminhasse um e-mail aos
11 coordenadores de pós-graduação e de programas dizendo que se houvesse alunos com deficiência,
12 por favor, que entrassem em contato com a DEAPE. Falou que não estariam avançando nem o que
13 seria oferecido e nem agindo no escuro, porque aquilo poderia ocorrer. Não saberia dizer o quanto
14 e que talvez pudesse ser muito pouco. Mas a ideia era a de mandar o e-mail como uma orientação
15 para as eventuais próximas seleções. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni** respondeu que
16 aquilo seria a questão do ingresso. A outra questão era a de permanência. Uma vez que um
17 estudante deficiente fosse aprovado no processo seletivo, com ou sem adaptações, porque poderia
18 ter estudante com deficiência que não fizesse a solicitação de adaptação para ingresso, mas depois
19 poderia informar a instituição, dando a ele direitos a adaptações para as disciplinas etc. Contou que
20 vai sair uma Instrução Normativa da DEAPE de como um estudante poderia solicitar que fosse feito
21 o registro da deficiência acadêmica. Explicou que aquilo se chamava atendimento educacional
22 especializado. Disse que a normativa vai falar que tecnicamente, a DEAPE que vai ser a
23 responsável por receber o documento, avaliar, estabelecer a estratégia e encaminhar ao docente a
24 estratégia de adaptação. Disse que resolveram organizar várias coisas, tanto o atendimento
25 educacional especializado, como a DEAPE enquanto instituição, registrasse a deficiência. Explicou
26 que atualmente os alunos faziam a autodeclaração, mas que aquilo era ilegal, pois ninguém poderia
27 se autodeclarar deficiente. Portanto estariam normatizando duas coisas, a primeira seria como o
28 estudante vai informar oficialmente a sua deficiência a instituição, e a segunda, em como o aluno
29 poderia solicitar o atendimento educacional especializado. Falou que a DEAPE vai se comprometer
30 em fazer a ponte entre o aluno, o programa e o professor. Comentou que quando a PRPG chamou
31 a DEAPE, ela explicou que ainda não tinha conversado com a pós-graduação, pois estavam
32 organizando todo o processo. Deixou claro que tinham duas situações, a primeira seria a do
33 processo seletivo e a outra quando já tivesse um aluno com deficiência na pós-graduação. Explicou
34 que era importante deixar tudo documentado e registrado para o direito da pessoa e o resguardo

1 da instituição. Finalizou dizendo que não estavam burocratizando, mas concedendo o direito para
2 quem era de direito. A **Sra. Presidente** agradeceu a sra. Adriana e disse que muitas dúvidas foram
3 esclarecidas, inclusive em como deveriam proceder até para a informação, e que agora entrariam
4 em contato e fariam aquilo. Falou que a preocupação da pós-graduação era por conta da orientação
5 de aceitação de abertura de vagas excedentes para eventuais alunos, candidatos, ingressantes,
6 que eles haviam aprovado, mas que precisavam ter todo aquele cenário por trás para que pudessem
7 dar conta do processo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** disse que seria bom se tivesse
8 uma recomendação da PRPG em como, juridicamente os programas deveriam escrever em seu
9 edital do processo seletivo. Em como o candidato vai informar, se seria por meio de um e-mail ou
10 um formulário. Algo mais juridicamente preparado. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni**
11 respondeu que talvez tivesse que olhar o edital da COMVEST, e que se as unidades quisessem o
12 DEAPE faria uma máscara entendendo a especificidade da pós-graduação. Falou que a máscara
13 da COMVEST era a última aprovada pela Procuradoria Geral, portanto, se quisessem consultar, o
14 edital da graduação de dois mil e vinte e cinco (2025), ele estava aberto. Falou que nele especificava
15 como o candidato teria que informar o tipo de deficiência e qual seria a adaptação. Portanto, a
16 adaptação já tinha que estar prevista. Explicou que tiraria férias, portanto só iria encaminhar a
17 máscara em agosto, mas caso algum programa tivesse que fazer um edital antes daquele período,
18 a recomendação era consultar o da COMVEST. Explicou que as adaptações não seriam somente
19 para estudantes com deficiência, mas por exemplo, mães que estivessem amamentando. Explicou
20 que aquele caso não seria de deficiência, mas teriam que prover um atendimento especializado,
21 diferente dos outros candidatos. Outro exemplo que precisaria perguntar era, caso o candidato
22 precisasse de uma carteira maior por ser uma pessoa obesa ou se algum aluno fosse daltônico.
23 Disse que quando falavam de situações específicas, tinham que pensar que o processo seletivo da
24 COMVEST enfrentava, por ser um processo para a população no geral. A **Sra. Presidente**
25 concordou que o modelo da COMVEST era diferente por ser mais universal. A **Sra. Adriane Martins**
26 **Soares Pelissoni (DEAPE)** assentiu e explicou que o modelo de lá devia estar bem mais amplo, e
27 que a questão não era se a pessoa tinha deficiente ou não, e sim sobre a necessidade de algum
28 atendimento especializado, a fim de fornecer recursos como, tempo a mais, leitor, intérprete de
29 Libras etc., e sobre o que motivava o pedido de atendimento especializado, se era determinada
30 deficiência ou outras condições, que deveriam ser avaliadas para concluir se seria concedido ou
31 não, e isso seria acompanhado de documentação, bem como um processo, para garantir o que
32 seria de direito para quem tivesse, não seria simplesmente solicitar e receber. A **Sra. Presidente**
33 agradeceu e pediu para falar do equipamento. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)**
34 informou que o edital ainda não tinha sido lançado, mas que havia lido o edital de dois mil e vinte e

1 cinco (2025). Pediu confirmação para o Sr. Fernandy. O **Sr. Elias Basile Tambourgi (PRPG)**
2 informou à Sra. Adriane que a Sra. Marli não estava presente porque estava realizando diversos
3 orçamentos, pois estariam encaminhando para o DGA um pedido de equipamentos específicos para
4 atender as demandas, como teclados e impressora braile, lupas e diversos equipamentos que
5 seriam deixados na PRPG e ficariam disponíveis para as unidades e programas mediante
6 solicitação, de forma que pudessem solicitar esses equipamentos também na própria PRPG. A **Sra.**
7 **Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** pediu licença para um último informe. Disse que, na
8 quarta-feira seguinte, iriam lançar oficialmente a Plataforma Carreiras Unicamp, que faz um gancho
9 importante com o que estava sendo discutido anteriormente. Informou que a grande motivação da
10 plataforma era possibilitar a divulgação de vagas, não apenas de estágio, que apresentava um fluxo
11 grande na graduação, mas de forma que fornecesse um apoio à transição para o mundo do trabalho,
12 estendido inclusive para os estudantes da pós-graduação. Informou que, naquele contexto,
13 contavam tanto com uma forma de solicitar uma orientação de carreira, como mencionado
14 anteriormente, com recomendações sobre o que fazer, para onde seguir, quais seriam as
15 oportunidades, bem como com as questões técnicas envolvidas, que sempre dialogavam com o
16 mundo do trabalho. Disse que haveria uma divulgação muito intensa de vagas, tanto efetivas, como
17 de trainee e de programas, em um contato mais próximo com o mundo do trabalho. Ressaltou que
18 a plataforma Carreiras Unicamp estava entrando no ar no mesmo dia, disponibilizado para todas as
19 empresas. Disse que seria lançado na quarta-feira seguinte naquela mesma sala, com a presença
20 do Reitor, e que para os programas e para a pós-graduação em geral ainda não era tão intenso,
21 mas já era possível encaminhar os estudantes para que tivessem aquela forma de apoio, caso
22 houvesse a necessidade. A **Sra. Presidente** destacou que aquele tinha sido um dos grandes
23 ganhos da DEAPE aos olhos da pós-graduação, que já possuía aquele setor, mas apenas então foi
24 aberto para a pós-graduação, pois havia uma questão de necessidade, uma vez que as pessoas
25 ficavam sempre muito perdidas em termos de carreira e profissão. Disse que foi uma excelente
26 mudança e que achava fundamental aquele recurso, e apontou à Sra. Adriane que iriam dialogar
27 com frequência, uma vez que ela seria responsável por aquele setor. O conselheiro **Prof. Orlando**
28 **Luis Goulart Peres (IFGW)** perguntou se existia uma definição universal do que entraria na
29 categoria PCD. A **Sra. Presidente** pontuou que aquilo era o que a Sra. Adriane iria enviar para eles,
30 que era também o pedido do Prof. Tiago. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)**
31 comentou que existia uma definição das deficiências, e aproveitou para relatar que a normatização
32 de deficiência no Brasil era muito recente. Informou que estavam estruturando na primeira semana
33 letiva, junto à Pró-Reitoria de Graduação, para fornecer uma série de informações para os
34 professores sobre o que seria deficiência, o que seria adaptação, bem como o que deveria e o que

1 não deveria ser feito. Informou que, no semestre seguinte, haveria quinhentos (500) professores
2 recebendo estudantes com adaptações curriculares, então iria considerar, junto ao EA2, estender
3 o convite a todos os docentes da Unicamp. Informou que, dos noventa e seis (96) alunos que
4 solicitaram atendimento educacional especializado, dez (10) eram da pós-graduação, que era um
5 número menor, mas ainda assim expressivo e relevante, sendo que seis (6) ainda eram estudantes
6 surdos, e havia uma sobre-representação em algumas unidades. Comentou que aquele número era
7 apenas daqueles que solicitaram a mediação, porque havia também casos de pessoas que sequer
8 informavam a necessidade, pois não sabiam daquela possibilidade. Explicou que, quanto àquela
9 questão, havia duas categorias e que havia uma discriminação legal já sacramentada do que era
10 considerado ou não uma deficiência, mas que, como instituição educacional, deveriam seguir a Lei
11 Brasileira de Inclusão, que inclui não só PCDs, mas pessoas sem deficiência que necessitam de
12 adaptações e que possuem o direito. Apontou que um exemplo clássico era o do Transtorno de
13 Déficit de Hiperatividade e Atenção, o TDAH que, ainda que não fosse considerado como deficiência
14 pela lei e não entrasse nas cotas PCD, deveria receber formas de adaptação. Frisou que os PCDs
15 tinham sim direitos exclusivos, mas também que, como instituição educacional, havia questões
16 adicionais a serem atendidas voltadas também para pessoas que não eram incluídas naquela
17 categoria. A **Sra. Presidente** disse que seria melhor se a Sra. Adriane pudesse enviar aquelas
18 orientações, pois poderiam socializá-la. Agradeceu à Sra. Adriane e sugeriu que mudassem de
19 assunto. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** aproveitou a presença da Sra.
20 Adriane para compartilhar uma dúvida que tinha surgido na CPG, se por acaso os docentes também
21 poderiam usufruir daquelas bolsas e outros serviços, uma vez que havia docentes com deficiência
22 nas unidades, que necessitariam de acompanhamento para poderem dar aula. A **Sra. Presidente**
23 ressaltou que a Resolução era voltada aos alunos, e que no caso dos docentes seria necessário de
24 uma outra demanda. Explicou que a Bolsa Tutoria PCD se tratava de alunos colaborando com
25 alunos com deficiência e ainda não sabiam se aquela demanda aumentaria em breve. Disse que
26 poderiam, eventualmente, lançar uma discussão sobre bolsas do tipo para professores PCD, mas
27 levantou o ponto de que os professores tinham os PEDs para os auxiliarem nas aulas. A conselheira
28 **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** apontou que havia PEDs, por exemplo, que não
29 tinham aquela formação. Disse que sua pergunta foi de modo mais geral, pois, a partir do que foi
30 aprovado como bolsa tutoria, surgiu a discussão na CPG sobre se haveria também adaptações ou
31 uma bolsa daquele tipo para docentes. A **Sra. Presidente** explicou que, caso viesse a haver uma
32 bolsa do tipo para docentes, teria que ser uma nova bolsa, pois a bolsa tutoria existente era voltada
33 apenas para alunos, em que o aluno seria um tutor para o outro aluno durante um tempo específico
34 após um preparo da DEAPE no qual aprenderia o que deverá fazer, como ajudar, qual a magnitude

1 dos problemas que deverá dar conta etc. Perguntou à Sra. Adriane se ela gostaria de falar mais um
2 pouco. A **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni (DEAPE)** agradeceu a pergunta e complementou
3 que aquele era um cenário muito novo para a universidade e, como exemplo, relatou que foi
4 consultada pela USP, que havia recentemente admitido uma professora surda, e gostariam de saber
5 como proceder para contratar o intérprete de Libras necessário à professora. A reitoria da USP
6 disse que não poderia contratar intérprete, portanto entraram em contato com a Unicamp pedindo
7 ajuda. Esclareceu que o professor se enquadrava na categoria de trabalhador, e que o responsável
8 por todas as adaptações para o trabalho era o Departamento de Saúde Ocupacional (DSO), então,
9 caso determinado professor tivesse uma restrição, eles deveriam seguir o Plano de Adaptação, e a
10 DSO, enquanto organização a DGRH que deveria providenciar as formas de adaptações
11 necessárias. Disse que foi a mesma orientação que tinha dado à USP, pois a professora seria
12 contratada como trabalhadora, e seu Plano de Adaptação e permanência seria veiculado com
13 recursos diferentes e por um departamento diferente do que no caso de alunos, que tinha data de
14 entrada e de saída, diferentemente de um funcionário. Comentou que a instituição que não se
15 responsabilizasse por aquilo poderia responder juridicamente. Explicou que, tecnicamente, tinha
16 conhecimento a respeito do atendimento educacional especializado, mas que no âmbito do trabalho
17 havia outra legislação e outra forma de proceder, de responsabilidade da DSO e não do DEAPE. A
18 **Sra. Presidente** agradeceu à Sra. Adriane por todas as informações e iniciou a divulgação do
19 Prêmio Tese, o qual já havia sido divulgado no site da PRPG/Unicamp. Parabenizou a todos e
20 mencionou que a melhor tese na área de Engenharias e Tecnológicas foi de Bruna Carvalho,
21 orientada por Lucimara Della Torre, coorientada por Sang Won Han, da Engenharia Química da
22 UNIFESP. Apresentou que a menção honrosa da área de Engenharia e Tecnológicas foi para Caio
23 Castriotto, orientado pela professora Gabriela Celani, coorientado por Felipe Tavares da Silva, da
24 Arquitetura. Parabenizou ambos. Mencionou que, na área de Ciências Biológicas e Saúde, a melhor
25 tese foi para Natália Tobar Prudente da Silva, orientada por Mário Saad, da Clínica Médica, e a
26 menção honrosa foi para Rafael Costa, orientado por Valentim Barão e coorientado por João Gabriel
27 Souza, da Clínica Odontológica. Parabenizou e pediu que enviassem seus parabéns ao Prof.
28 Valentim. Mencionou que, na área de Ciências Exatas e da Terra, o prêmio de melhor tese foi para
29 Michele Lopes, orientada por Laércio Carvalho de Barros e coorientada por Franciele Santo Pedro
30 Simões, da Matemática Aplicada, e a menção honrosa foi para Johannes Bruno Dias da Costa,
31 orientado por Leandro Aparecido Vilas e coorientado por Denis Rosário, da Ciência da Computação.
32 Mencionou que o prêmio de melhor tese na área de Humanas e Artes foi para Deyse Cristina Brito
33 Fabrício, orientada por Antônio Carlos Vitte, da área de Ensino e História de Ciências da Terra, do
34 IG, e a menção honrosa foi para Mariana Reis Maria de Lana, orientada por Rosângela Ballini, ex-

1 colega e vice-presidente da CCPG, da Ciência Econômica. comentou que muito provavelmente
2 fariam a cerimônia de entrega dos prêmios no dia doze (12) de agosto, segunda-feira, naquela
3 mesma sala com a presença do Reitor. Parabenizou efusivamente a todos os vencedores dos
4 prêmios e menções honrosas das áreas contempladas. Deu por encerrado o assunto e apresentou
5 outro informe a pedido da DAC, de que o prazo de entrega dos documentos para os ingressantes
6 da pós-graduação estava sendo alterado por conta do atraso no calendário causado pela greve das
7 Universidades Federais. Passou a palavra para o Sr. Fernandy para que ele pudesse dar uma
8 orientação mais clara a respeito. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que era
9 necessário que a PRPG comunicasse que prorrogariam a data de entrega do comprovante de
10 conclusão da graduação, para o caso das federais que estavam em greve, para até o final do
11 segundo semestre de dois mil e vinte e quatro (2024). O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart**
12 **Peres (IFGW)** perguntou quanto ao fim do prazo para a entrega do comprovante de conclusão do
13 mestrado. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** esclareceu que, na verdade, o mestrado
14 não era pré-requisito para o doutorado, apenas a graduação, então isso não impossibilitaria a
15 matrícula. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou ao Sr. Fernandy
16 sobre a matrícula automática, questionando se seria colocado. A **Sra. Presidente** se desculpou por
17 esquecer do assunto, e disse que gostaria de levar à CCPG, a pedido também do IFCH, mas
18 podendo ser mais ampla a discussão sobre a matrícula automática. Relembrou que, anos atrás, os
19 alunos da pós-graduação se esqueciam e não se matriculavam, assim sendo desligados do sistema,
20 o que demandava que o programa solicitasse à DAC para o aluno voltar com a sua matrícula ativa.
21 Por conta daquilo, a CCPG havia estabelecido a matrícula automática daqueles alunos, entretanto,
22 havia se transformado em um problema para o qual ainda não tinham resolução, visto os casos de
23 alunos que desapareciam sem cancelar sua matrícula, e mesmo procurados pelo orientador ou pela
24 secretaria, não eram encontrados. Disse que os casos não eram numerosos, mas ainda assim
25 prejudiciais à rotina e à avaliação do programa, pois ficavam levantando dados sem saber se o
26 aluno ainda existia. Perguntou, a princípio, se havia mais programas que identificavam aqueles
27 problemas. Os conselheiros representantes do IG, IFGW, FCM e FOP afirmaram, então concluiu
28 que aquele era um problema concreto, portanto caberia uma conversa com a DAC a respeito.
29 Trouxe o questionamento de qual mudança poderia ser feita para enfrentar aquela questão, e
30 lembrou que teriam que alterar o Regimento, uma vez que a matrícula automática era regimental.
31 Disse que conversaram posteriormente com o Sr. Fernandy acerca da possibilidade de inserir no
32 sistema uma trava ou gatilho para que ele desligasse os alunos que não se integralizarem depois
33 de um certo número de semestres. Questionou como poderiam fazer, pois, como o aluno ainda
34 estaria matriculado, teriam que encontrar alguma solução, afinal, alunos sumidos continuavam

1 sendo alunos. Sugeriu que poderiam ou acabar com a matrícula automática e voltar a ser como era
2 antes, e então os alunos assumiriam as responsabilidades óbvias de seus papéis de aluno. Disse
3 que era bastante paternalista a escolha de deixar a matrícula automática daquela forma e que não
4 gostava daquela medida, e pediu a opinião dos demais. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)**
5 informou à Professora que, na verdade, existia no Regimento Geral um dispositivo que possibilitava
6 à orientação desligar um aluno que não tivesse aproveitamento, caso o orientador procurasse pelo
7 aluno e este não respondesse. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** refletiu se
8 caberia pensar numa forma intermediária, como a já existente do trancamento automático, em que
9 o aluno deveria confirmar, caso contrário ele seria desligado, até porque havia casos em que a
10 pessoa realmente sumia. Mencionou que também havia o caso em que o aluno estava mal-
11 acostumado com o sistema de matrícula automática, então não se preocupava em fazer nada, e,
12 portanto, talvez fosse necessário um sistema intermediário no qual o aluno fosse matriculado
13 automaticamente, mas que tivesse que realizar algum tipo de prova de vida. A **Sra. Presidente**
14 perguntou se estaria falando de uma prova de vida para a pós-graduação. O conselheiro **Prof.**
15 **Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** assentiu, e perguntou ao Sr. Fernandy se era assim mesmo que
16 funcionava o trancamento automático, se aquilo acontecia quando o aluno não se matriculava em
17 nenhuma disciplina, mas que o aluno tinha de confirmar seu trancamento junto à DAC. O **Sr.**
18 **Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** disse que aquilo era no caso da graduação, em que o aluno
19 tinha de se matricular nas disciplinas, diferentemente da pós-graduação, em que havia a disciplina
20 de tese. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** apontou que, como a disciplina de tese
21 tinha matrícula automática, cairia no mesmo problema da graduação, pois ele nunca teria problema,
22 uma vez que era automaticamente matriculado no desenvolvimento de tese e dissertação. O **Sr.**
23 **Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** sugeriu que, naquele caso, tirasse a matrícula automática,
24 tornando o aluno responsável por realizar a matrícula e a confirmação. O conselheiro **Prof. Tiago**
25 **Zenker Gireli (FECFAU)** disse que, se fosse daquela forma, voltariam ao mesmo problema, e que
26 os alunos novos já entrariam sabendo como fazer, mas que tinha receio pelos alunos que já faziam
27 o mestrado ou doutorado na Unicamp e nunca precisaram se matricular, pois a novidade da
28 necessidade de fazer a própria matrícula os pegaria de surpresa e iriam acabar esquecendo.
29 Diferente do aluno da graduação, que recebia apenas a matrícula do primeiro semestre pronta, mas
30 que já deveria aprender a solicitar a própria matrícula a partir do segundo semestre. Disse não saber
31 qual dos problemas seria mais grave, mas sugeriu a possibilidade de alguma forma intermediária,
32 em que a matrícula devesse ser confirmada pelo aluno ao longo do semestre, por exemplo. A **Sra.**
33 **Presidente** argumentou que, se a matrícula tivesse que ser confirmada, ela muito bem poderia ser
34 realizada pelo aluno. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** apontou que o prazo de

1 duas semanas para fazer era curto, mas que o de confirmar poderia ser relativamente mais longo.

2 A **Sra. Presidente** disse que achava que eram muito paternalistas com os alunos. O conselheiro

3 **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse não ser contra tirar a matrícula automática, mas que

4 apenas era contra tirá-la para os alunos que já estão acostumados, porque, como já estavam na

5 universidade há tantos anos daquela forma, talvez pudessem enfrentar problemas. A **Sra.**

6 **Presidente** afirmou que aquilo realmente poderia dar problema aos alunos, mas que no momento

7 também dava problema para os programas, e que tanto os alunos quanto os programas deveriam

8 ser levados em conta. Disse que não gostariam que os alunos tivessem os problemas, mas que não

9 seria justo os programas ficarem com aqueles problemas, e que era a favor de que cada um fizesse

10 o que deveria fazer. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** sugeriu que talvez

11 fosse necessária uma transição, como foi com o sistema antiplágio e com o Comitê de Ética, em

12 que foram anunciando aos poucos que a defesa não poderia ser marcada sem os respectivos

13 documentos. Disse que souberam, nas avaliações institucional do IFCH e interna dos programas,

14 que havia vários alunos pendurados que futuramente poderiam dar problema para o programa,

15 como a perda de bolsas, então achava melhor que fosse uma transição em que anunciariam a

16 mudança paulatinamente, como feito nos casos mencionados, e os alunos teriam que se adaptar

17 eventualmente, ainda que se esquecessem ou não conseguissem nos primeiros um ou dois anos

18 de transição, pudesse ser possível naquele tempo pedir ao orientador para ser religado. A **Sra.**

19 **Presidente** concordou que poderia avisar aos poucos o aluno que, caso não se matriculasse

20 durante o semestre, correria o risco de ser desligado, cair do sistema, tendo assim que reingressar

21 novamente. Disse que poderia passar a valer a partir do ano seguinte ou algo naquele sentido.

22 Reforçou que era uma responsabilidade própria do aluno, pois não fazia sentido, já que o aluno

23 ingressava para fazer uma disciplina, defender uma dissertação ou tese, teria que ser responsável

24 por dar conta da relação dele com a instituição. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**

25 **(IFCH)** apontou os casos de alunos em que o orientador e a secretaria tentavam contato várias

26 vezes e ainda assim a pessoa não se manifestava. A **Sra. Presidente** comentou que acontecia

27 muito de a pessoa não se manifestar, e que realmente não parecia ser um caso isolado. Sugeriu

28 que aquele assunto fosse abordado novamente na reunião seguinte, porque implicaria uma

29 mudança de regimento, que não estava na pauta, e assim aquela transformação poderia ser

30 discutida de forma paulatina. Reforçou que apoiava trazer de volta a matrícula não automática, mas

31 que iriam voltar àquela discussão de qualquer forma. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)**

32 relatou que, na UNESP de Araraquara, era necessário realizar a todo semestre a inscrição para a

33 tese do doutorado ou dissertação de mestrado e a inscrição revelava que o aluno estava presente.

34 Comentou que estranhava o orientador achar que estava tudo correndo bem em casos em que o

1 aluno não aparecia há tanto tempo, e que era claramente uma responsabilidade do aluno, mas
2 questionou também os casos de docentes que não se comunicavam, e que poderiam ao menos
3 fazer aquilo. Relatou que, no mês anterior, tiveram um caso de desligamento pelo mencionado
4 artigo do Regimento, chamado de insuficiência em pesquisa, porque o orientador não conseguia se
5 reunir com o aluno para planejar o que deveria ser feito, enquanto o aluno se matriculava, sem
6 consultar o orientador, em disciplinas na Engenharia Elétrica, como História da Computação, que
7 não tinham relação alguma com sua linha de pesquisa. Naquele caso, o docente declarou,
8 apresentou para a DAC e, 48 horas depois, o aluno havia sido desligado. Disse que o que faltava
9 era coragem e envolvimento dos docentes, e que os docentes da FT eram como aqueles pais que
10 não sabiam como lidar com o filho, e acabava se passando por ruim, além de terem que ficar
11 resolvendo problemas criados de forma desnecessária, quando a intenção maior era se concentrar
12 em aumentar a nota do programa. Mencionou que, a partir daquelas experiências, começaram a
13 registrar aquele tipo de caso e a levá-los em consideração nos credenciamentos, e fez com que
14 o pessoal começasse a entender como aquilo realmente prejudicava o programa, começaram a se
15 mobilizar, e até o momento estava funcionando bem. Comentou também o caso de ter que, todo
16 final de mês, ter que pedir incessantemente para que os orientadores atestassem a presença dos
17 PEDs, o que ainda assim faziam, ocasionando que a coordenação atestasse para não prejudicar o
18 aluno, mas informou que já haviam enviado um comunicado para todos, com cópia para os alunos,
19 comunicando que não iriam mais fazer aquilo, e que sem a declaração não iriam receber, e também
20 indicando que os alunos abordassem o orientador para perguntar sobre a presença. A **Sra.**
21 **Presidente** ressaltou que, no caso dos PEDs, a situação era ainda mais grave, porque não
22 receberiam bolsa se a presença não fosse atestada. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)**
23 informou que agora estavam mandando os PEDs contestarem se seus orientadores haviam
24 atestado suas presenças, porque, caso contrário, ficariam sem bolsa. Disse ser necessário criar
25 aquela cultura, pois todos tinham que fazer o seu dever. A **Sra. Presidente** comentou que a cultura
26 da responsabilidade institucional era algo que deveria ser compartilhado. O conselheiro **Prof.**
27 **Enelton Fagnani (FT)** salientou que era necessário haver uma certa pressão para que as coisas
28 acontecessem, e que não parecia uma boa ideia alterar todo um sistema funcional como o da DAC
29 por conta de algumas exceções, pois aquelas exceções poderiam ser tratadas pelos próprios
30 docentes. Expressou que tem acompanhado aquele tipo de coisa durante a vida inteira, em que
31 havia problemas de relacionamento entre docentes e alunos que sempre resultavam em uma
32 solução mais complexa do que o necessário, e observou que a falta de responsabilidade dos
33 docentes era irritante e dificultava ainda mais aos casos que poderiam ser facilmente resolvidos
34 dialogando em poucos minutos com as pessoas envolvidas. Disse que achava necessário um pouco

1 mais de envolvimento dos docentes, e os que não o fizessem deveriam ser evidenciados e
2 passarem vergonha por aquilo, pois não era aceitável o docente deixar de fazer algo como atestar
3 a presença dos PEDs, ainda mais considerando que eram enviados de três a quatro e-mails
4 solicitando que atestassem as presenças, recebiam da sra. Marcela da PRPG, retransmitiam, a
5 secretaria repassava, e ainda assim o docente se mantinha indiferente. Disse que o docente que
6 não conseguia sequer atestar presença não deveria ter um PED no semestre seguinte, e que
7 provavelmente o nível de treinamento docente dado ao aluno era nulo, então a bolsa e o programa
8 perdiam seu objetivo e valor, e aquelas coisas deveriam ser levadas mais a sério, pois, embora
9 houvesse comprometimento da vários, alguns docentes e alunos ainda não agiam de tal maneira,
10 e aquilo deveria ser evidenciado, caso contrário todos acabariam perdendo espaço e tempo
11 preciosos para discutir coisas simples, as quais poderiam já ter sido resolvidas com um apertar de
12 botão. Comentou que o sistema da DAC já havia melhorado e facilitado para atestar a presença,
13 com um procedimento de quinze (15) segundos, e que era muito preocupante que alguns docentes
14 ainda não o fizessem. A **Sra. Presidente** perguntou ao prof. Enelton se ele era favorável ao
15 cancelamento da matrícula automática. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** negou, disse
16 que era favorável à atuação do próprio docente, para que tivesse a possibilidade de desligar um
17 aluno que não estivesse comparecendo. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**
18 respondeu que era favorável a continuar com a matrícula automática, pois a ele parecia que aquilo
19 era problema de uma minoria, e que poderia complicar a vida da maioria dos alunos alterar a
20 matrícula para lidar com casos excepcionais que os próprios docentes poderiam resolver, então não
21 seria interessante engessar todo um sistema para o bem de poucos. Exemplificou o próprio caso,
22 em que estava com um aluno que não vinha, então ele mesmo já iria pedir o desligamento daquele
23 aluno. A conselheira **Profa. Mariana Agostini de Moraes (FEQ)** disse que talvez as secretarias
24 dos programas pudessem fazer um levantamento, uma vez a cada um ou dois anos, dos alunos
25 que estão há muito tempo em curso, que seriam casos pontuais, e contactar o orientador para saber
26 se era um caso de aluno que sumiu, a fim de proceder ou não com o desligamento. Disse que talvez
27 aquela solução fosse mais simples. A conselheira **Profa. Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** deu bom
28 dia e afirmou ser favorável a manter a matrícula automática, pois acreditava que os alunos
29 esqueceriam de se matricular e daria mais trabalho aos orientadores, bem como ao coordenador e
30 à secretaria, que teriam de atender os alunos para resolver aquela situação. Argumentou que, se
31 aquilo já era um problema, poderia se tornar maior. Comentou que, a respeito do desligamento dos
32 alunos, na FEA, quando havia um caso de um aluno deixar de comparecer ou responder,
33 normalmente os docentes vinham comunicar a ela, diretamente ou por meio da secretaria, e naquele
34 caso não tinha mais o que fazer a não ser instruir o professor quanto ao caminho para solicitar o

1 cancelamento de matrícula daquele aluno. Disse que já aconteceu de docentes terem receio de o
2 aluno processar, ao que respondia apontando os e-mails enviados e as tentativas de contato já
3 realizadas. Disse que achava ótima a maneira como estava atualmente, em que bastava cancelar
4 quando fosse necessário, e que achava necessário instruir os docentes a fazerem aquilo também,
5 pois não havia problema em seguir o protocolo. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves**
6 **Monteiro (IG)** concordou que achava ótimo da maneira que estava. Disse que, na congregação
7 passada, tinha acabado de desligar um aluno da Geografia pelos mesmos motivos: a pessoa sumiu,
8 tentaram contato sem sucesso, o professor pediu para deixar de orientar e desligaram o aluno.
9 Disse que o orientador deveria ficar atento e que os coordenadores deveriam ser cobrados, pois
10 aquilo era normal, e que se fosse alterado dificultaria mais ainda. O conselheiro **Prof. Plamen**
11 **Emilov Kochloukov (IMECC)** disse ser também favorável a manter a matrícula automática.
12 Levantou um ponto a mais, sobre o cancelamento de matrícula, argumentando que aquilo não
13 poderia trazer problema algum para o orientador ou para o coordenador do programa. Relembrou,
14 também, casos variados em que alunos recebiam bolsa e não davam nenhum retorno, portanto o
15 cancelamento de matrícula daquele indivíduo era necessário e salvaguardado, já que aquilo
16 configurava uso indevido de recursos públicos por parte deles. Além daquilo, também poderiam
17 contar com mais uma salvaguarda, o prazo para integralização, que fazia com que a matrícula fosse
18 automaticamente cancelada caso o programa extrapolasse o prazo determinado, e o aluno só
19 poderia ingressar novamente para a defesa. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**
20 **(IFCH)** comentou que, na verdade, já realizavam uma avaliação e levantamento dos programas.
21 Concordou também que alguns colegas tinham mais dificuldade, principalmente os aposentados e
22 aposentadas, que apresentavam dificuldades até mesmo para entrar no sistema ou lembrar sua
23 própria senha. Explicou que, como não tiveram a reposição de todas as vagas docentes, havia
24 muitos colegas que continuaram atuando na pós-graduação, e que não era só uma questão de
25 querer atuar, mas realmente uma dificuldade, até mesmo para entrar no SIGA, e considerando ainda
26 que vários docentes do instituto atuavam em mais de um programa ao mesmo tempo e por vezes
27 não sabiam qual de seus orientandos era de qual programa, dentre outras situações. Comentou
28 que desligar era uma possibilidade, como vinha acontecendo, após o desligamento ser aprovado
29 pela CPG, mas que o problema vinha se acumulando de qualquer forma, também porque havia dez
30 programas no IFCH, logo, se somassem todos os alunos naquela situação resultaria em número
31 expressivo, que não era por falta de atuação do docente ou da secretaria. A **Sra. Presidente**
32 declarou que, como não tinham consenso, voltariam a discutir aquilo posteriormente, mas era
33 sabido que a maioria indicou preferência em manter o sistema como estava e deixar eles próprios
34 atuarem com casos mais graves de desligamento e cancelamento de matrícula, fosse por

1 desempenho ou por ausência injustificada do aluno. O conselheiro **Sr. Marcelo Felipe Silva**
2 **Estácio de Santana (Representante Discente FEA)** perguntou qual seria o tempo de afastamento
3 de um aluno para que fosse reconhecido como insuficiente e desligado, pois talvez fosse necessária
4 uma orientação aos alunos a respeito, para que soubessem o que fazer e conscientizá-los da
5 importância de realmente correr atrás das coisas. Relatou que nunca soube daquelas situações e
6 estava tomando conhecimento pela primeira vez naquele momento que o aluno poderia ser
7 desligado daquela forma, então que faltava uma certa orientação sobre os direitos e deveres do
8 aluno, quais problemas poderiam acarretar certas condutas. A conselheira **Profa. Liliana de**
9 **Oliveira Rocha (FEA)** pediu para responder ao sr. Marcelo, por também ser da FEA. Relembrou
10 que, todo início de semestre havia uma reunião da CPG com os pós-graduandos em que apontavam
11 a necessidade de ler os regulamentos, pois todas as informações estariam lá. Mencionou que
12 também era importante que lessem as informações referidas na reunião para entender as
13 obrigações e papéis do aluno na universidade, e que não cabia ficar o tempo inteiro lembrando,
14 pois já havia sido comunicado e era entendido que estariam em um acordo. O conselheiro **Prof.**
15 **Plamen Emilov Kochloukov (IMECC)** recordou que um dos parâmetros mais relevantes nas
16 avaliações da CAPES era o tempo médio de formação do aluno. Portanto, era de interesse dos
17 próprios orientadores e coordenadores dos programas que os alunos defendessem o mais rápido
18 possível e não se prolongassem por décadas no programa, pois aquilo aumentava expressivamente
19 o prazo de defesa, o que era um ponto negativo para o programa como um todo. A **Sra. Presidente**
20 relatou que, com a pandemia, a CAPES flexibilizou um pouco aquela questão. Opinou também que
21 a pandemia havia flexibilizado bastante a própria equipe, que passou a visualizar problemas mais
22 amplos na CCPG, como problemas sérios de saúde mental, de readaptação, de acompanhamento
23 dos alunos e dos próprios professores. Disse que tudo havia afetado a todos, e por isso a vida
24 institucional rotineira havia sido relativamente flexibilizada desde então, pois até 2020 trabalhavam
25 com uma determinada rotina e disciplina, e era necessário voltar para aquele estado, o qual estavam
26 tentando e conseguindo. Esclareceu que não estava reclamando da forma como estavam tratando
27 das coisas, mas que talvez fosse necessário lembrar de algumas relações com a instituição e
28 retornar com uma certa disciplina. Disse que aquela reunião feita na FEA a que se referiu a profa.
29 Liliana talvez fosse algo que deveria ser feito por todos, ou pelo menos um encaminhamento de
30 avisos de modo a tentar recuperar aquela tendência. Expressou que, pensando pelo lado do bom
31 senso, achava muito difícil acontecer uma orientação com alguém com quem não se conversava
32 durante um semestre inteiro, mesmo que fosse apenas para lembrar, perguntar sobre o projeto,
33 se estava indo bem, em que ponto se encontrava etc. Então aquela relação de orientação, que era
34 mais direcionada pelo bom senso, talvez devesse ser recuperada de uma outra forma além do bom

1 senso, algo mais formal, por exemplo, e não apenas intuitivo. O conselheiro **Sr. Marcelo Felipe**
2 **Silva Estácio de Santana (Representante Discente FEA)** disse que conhecia certas indicações,
3 como por exemplo a obrigação de escolher um orientador dentro de seis meses ou a necessidade
4 de realizar a qualificação de mestrado dentro de um ano. O que estranhava era o modo como o
5 aluno chegava naquela situação, uma vez que ele escolhia um orientador, com o qual entrava em
6 contato e falava de seus interesses, então quanto tempo teria levado e como teria acontecido para
7 o aluno parar naquela situação. Opinou, que achava necessária uma orientação, por parte dos
8 representantes ou dos orientadores, para que o aluno soubesse quanto tempo teria para entrar em
9 contato e responder o orientador. A **Sra. Presidente** afirmou não saber quantos casos eram, mas
10 que certamente estavam em todos os lugares, ainda que não fossem maioria, pois, se fosse o caso,
11 estariam num patamar de reclamação bem mais preocupante. Disse que suspeitava que os alunos
12 naquela situação não tivessem mais bolsa, e mesmo que tivessem tido antes de se ausentar,
13 receberiam a cobrança da CAPES. Exemplificou uma conversa que teve com um colega outro dia
14 que comentou que a CAPES não estava fazendo aquela cobrança, ao que ela respondeu que fazia
15 sim, pois passava o tempo inteiro por seu computador mensagens da CAPES solicitando contato
16 de determinados alunos. Explicou que, naqueles casos, muitos alunos enviavam justificativas que
17 a CAPES sempre recusava, e que eram raríssimos os casos em que a CAPES cedia, apenas
18 quando havia de fato uma comprovação mais drástica das justificativas. Reafirmou que era muito
19 raro a CAPES não cobrar o que pagou àquele quando não defendia sua tese ou dissertação.
20 Reiterou que achava que eram alunos muito desligados, e, naquele caso, o programa deveria
21 sempre cobrar, bem como se sabia que secretarias faziam, e que não se tratava apenas de um
22 plano interno de cobrança, mas que talvez tivesse que ser esclarecido diversas vezes para que os
23 alunos tivessem aquela noção, pois aquilo permanecia se repetindo. O conselheiro **Prof. Orlando**
24 **Luis Goulart Peres (IFGW)** informou que, na verdade, a única orientação que tinham recebido da
25 CAPES era de que a CPG era responsável por decidir se o aluno precisaria devolver a bolsa ou
26 não, levando em consideração seu argumento, e que apenas seria necessário comunicar a decisão
27 à CAPES, que então seguiria a recomendação passada pela Comissão de Pós-Graduação. A **Sra.**
28 **Presidente** disse que não haviam recebido aquela instrução. O conselheiro **Prof. Orlando Luis**
29 **Goulart Peres (IFGW)** disse que a havia recebido da CAPES. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani**
30 **(FT)** comentou que, até onde ele sabia, aquilo era responsabilidade da coordenação, e que
31 constava nos documentos que, caso o aluno tivesse bolsa e integralizasse sem defender, era
32 obrigação do coordenador comunicar a CAPES. A **Sra. Presidente** concordou. O conselheiro **Prof.**
33 **Enelton Fagnani (FT)** comentou que já houve casos de alunos que integralizaram e a CPG achou
34 justo que devolvessem o dinheiro da bolsa, já que sumiram sem dar satisfação, mesmo após

1 diversos contatos. Exemplificou também casos de alunos que tiveram problemas médicos e
2 apresentaram laudos, os quais a coordenação defendeu. Comentou que aquilo era um tanto
3 intuitivo, e que o encaminhamento do aviso para a CAPES deveria contar com um parecer
4 informando se eles concordavam com a regra da CAPES ou se aquilo caracterizava uma exceção,
5 a fim de defender o aluno. A **Sra. Presidente** salientou que o encaminhamento para aquela
6 cobrança era de responsabilidade da coordenação, então era evidente que o aviso de que o aluno
7 sumiu passaria pela CPG. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** comentou que, desde o dia
8 primeiro de julho, a DAC havia atualizado o sistema e estava descredenciando os docentes cujo
9 credenciamento expirou, e estava a cargo das CPGs credenciar novamente os docentes para que
10 pudessem orientar e dar aula. Disse que aquilo já estava em curso e exemplificou o caso de uma
11 unidade que teve duzentos e sessenta (260) docentes descredenciados, então possuía duzentos e
12 sessenta (260) alunos sem orientação e que precisariam correr atrás daquilo, e só podiam ficar
13 naquele estado por cento e oitenta (180) dias. Informou que havia uma unidade em que um aluno
14 estava há mil e duzentos e sessenta (1260) dias sem orientação e nada havia sido feito a respeito.
15 Disse que a DAC iria atrás do docente, mas que infelizmente estavam ativos. A **Sra. Presidente**
16 comentou que aquilo introduzia um outro problema, que a Nashieli gostaria de apresentar, além do
17 que já havia trazido. Pediu para a profa. Nashieli tomar a palavra. A conselheira **Profa. Nashieli**
18 **Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que até tiveram a mesma discussão na CPG, justamente sobre
19 o tempo de credenciamento e descredenciamento. Apresentou uma proposta para ser discutida,
20 pois achavam complicado que a cada dois (2) anos fosse necessário solicitar o credenciamento
21 dos docentes que estavam com orientações ativas e vigentes, ministrando disciplinas, ou eram
22 permanentes dos programas. Por outro lado, havia casos de docentes colaboradores que
23 acabavam tendo que orientar um mestrado por três (3) anos ao invés de dois (2) até que fosse
24 defendido, e aí acabava sendo necessário credenciar novamente aquele docente colaborador.
25 Explicou que sua proposta era de que os docentes colaboradores pudessem ser credenciados a
26 cada três (3) anos em vez de dois (2), e que os docentes permanentes pudessem ficar credenciados
27 até os próprios programas solicitarem o seu descredenciamento. A **Sra. Presidente** resumiu a
28 proposta da profa. Nashieli, em que docentes permanentes dos programas teriam credenciamento
29 contínuo até solicitação em contrário, e professores colaboradores seriam credenciados por uma
30 vigência de três (3) anos até que fosse necessário um credenciamento. Disse que aquele
31 momento era apenas para discussão, pois as definições em questão também faziam parte do
32 Regimento, então a proposta precisaria ser trazida formalmente para uma pauta de avaliação e
33 aprovação. Perguntou se os demais gostariam de reagir àquela proposta. A conselheira **Profa.**
34 **Liliana de Oliveira Rocha (FEA)** expressou que achou a proposta ótima. O conselheiro **Prof. José**

1 **Guilherme Cecatti (FCM)** deu bom dia a todos e disse ser absolutamente contrário àquela
2 sugestão, pois o credenciamento automático a cada dois (2) anos, pelo menos em sua unidade,
3 representou um salto de qualidade para lidar com os problemas de orientadores que estavam
4 credenciados há um longo tempo e que eles tinham dificuldades em descredenciar por conta de
5 problemas de relacionamento. Disse que a justificativa do credenciamento automático tinha sido
6 excelente e mudou completamente o perfil para melhor na unidade. O conselheiro **Prof. Orlando**
7 **Luis Goulart Peres (IFGW)** disse que seria contra aquela mudança porque havia pessoas que
8 entravam como orientadores e depois não contribuía em nada para a pós-graduação, e tinham
9 seu nome lá sem mesmo lecionar. A **Sra. Presidente** perguntou se os mencionados eram todos
10 permanentes. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW)** respondeu que sim, que
11 eram permanentes. Disse que, sempre que precisava descredenciar um colega, tinha uma conversa
12 com ele na qual explicava as coisas a serem feitas, que era uma tarefa difícil, porém necessária,
13 pois caso contrário a pessoa permaneceria vinculada sem contribuir com o programa, e assim que
14 a pessoa tivesse que orientar ou dar aula, era inserida de volta imediatamente. Disse que a
15 conversa frente a frente com o colega era sim um estresse do orientador, mas que precisava
16 acontecer, e não concordava que fosse de forma automática. A conselheira **Profa. Liliana de**
17 **Oliveira Rocha (FEA)** comentou que, na FEA, havia quatro programas em Alimentos e Bioenergia,
18 e pelo menos nos de Alimentos tinham Instruções Normativas bem definidas com todas as
19 informações e requisitos para que o docente fosse um docente permanente naquele programa, os
20 quais, caso ele não cumprisse, receberia um aviso. Explicou que havia vários requisitos mínimos
21 como, por exemplo, publicação e orientação, os quais, quando não eram cumpridos, a coordenação
22 dispunha de um período para que o docente pudesse se justificar e um período para voltar a
23 trabalhar, a fim de continuar credenciado como permanente. Caso ele não respondesse, a
24 coordenação simplesmente pedia para que ele se tornasse um colaborador, e com isso ele saberia
25 que poderia ter um prazo de validade. Disse que aquilo poderia, posteriormente, ter uma série de
26 implicações no regime de trabalho daquela pessoa, e em várias situações ocorreu um desligamento,
27 até mesmo como colaborador. Ressaltou que aquela Instrução de dois mil e dezoito (2018) estava
28 funcionando muito bem, e que não enfrentavam mais aquele tipo de situação com os docentes
29 permanentes, pois eles temiam ficar sem trabalhar, uma vez que poderiam ser desligados a
30 qualquer momento. Comentou que aquela resolução impactava até mesmo a distribuição de verba,
31 então apenas os permanentes recebiam verba, e não os colaboradores. Disse que, de uma forma
32 geral, se a ideia fosse para responsabilizar o professor permanente a cumprir certos pré-requisitos
33 para permanecer com seu título, a ideia era boa. Também ofereceu compartilhar as Instruções
34 Normativas para ajudar, caso se interessassem, pois havia funcionado bem para a FEA. O

1 conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** relatou que, na FT, a conversa com os colegas era bem
2 difícil, e que tinham conseguido um meio-termo, em que os colaboradores se credenciavam, ele os
3 recredenciava a cada dois (2) anos e os permanentes a cada quatro (4). Disse que chegaram num
4 ponto em que aquilo já estava bem avisado e que já ocorreram descredenciamentos, que seriam
5 possíveis mesmo que o professor estivesse orientando. Disse que, caso não fizessem daquela
6 maneira, aconteciam casos como o que o prof. Orlando mencionou, em que a pessoa ficava
7 recalcitrante no sistema sem contribuir, e ficava sendo um divisor na conta da CAPES. Por conta
8 daquilo, precisaram daquele documento muito bem definido para que pudessem realmente
9 descredenciar um pessoal. Comentou que aquilo não precisaria acontecer se todo mundo fizesse o
10 que deveria, claramente, mas que infelizmente tinham uma história de postura e de linhas de
11 pensamento que se chocavam fortemente, portanto acabou sendo necessário o documento.
12 Comentou que davam um pouco mais de liberdade para os permanentes com o recredenciamento
13 a cada quatro (4) anos, e que naquele ano teriam sessenta e seis (66) docentes. A **Sra. Presidente**
14 perguntou se havia mais alguma observação, pois aquela não parecia ser uma questão de consenso
15 na reunião, e disse que teriam de voltar com ela em uma outra oportunidade. Informou que
16 finalizaram com a lista de pautas e perguntou se alguém gostaria de falar mais sobre o informe ou
17 se havia alguma dúvida antes de terminarem. Deu por encerrada a reunião e agradeceu aos
18 presentes, lembrando que manteriam a data de quatorze (14) de agosto para a reunião de
19 avaliação com uma pauta pequena, caso houvesse. Não havendo mais nenhuma manifestação,
20 nenhum comunicado ou aviso sobre as unidades, agradeceu a presença de todos, lembrando da
21 importância de um novo encontro na reunião futura, declarando assim por encerrada a Reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada
na **419ª Reunião Ordinária da**
CCPG, realizada em 11 de
setembro de 2024.